



PLANO OPERACIONAL DE PREVENÇÃO E RESPOSTA À CRISE HÍDRICA

2025/2026/2027

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Comitê Gestor para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas

GOVERNANÇA DO ESTADO

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

SÉRGIO GONÇALVES DA SILVA

Vice-Governador do Estado de Rondônia

WALTER PAULA DE SALES NETO

Gabinete do Governador

CORONEL BM NIVALDO DE AZEVEDO FERREIRA

Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia - CBMRO

MARCO ANTÔNIO RIBEIRO DE MENEZES LAGOS

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental - SEDAM

ELIAS REZENDE DE OLIVEIRA

Casa Civil

CORONEL BM FELIPE BERNARDO VITAL

Secretaria de Estado da Segurança, Defesa e Cidadania - SESDEC

LAURO FERNANDES DA SILVA JÚNIOR

Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico - SEDEC

GASODÁ SURUÍ

Superintendência Estadual do Indígena - SI

THIAGO ALENCAR ALVES PEREIRA

Procuradoria Geral do Estado - PGE

LUÍS FERNANDO PEREIRA DA SILVA

Secretaria de Estado de Finanças - SEFIN

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

ALBANIZA BATISTA DE OLIVEIRA

Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

LUANA NUNES OLIVEIRA ROCHA SANTOS

Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social - SEAS

MARCUS CASTELO BRANCO ALVES SEMERARO RITO

Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS

JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA

Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO

Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

FERNANDO CESAR RAMOS PARENTE

Sociedade de Portos e Hidrovias do Estado de Rondônia - SOPH

CLEVERSON BRANCALHÃO DA SILVA

Companhia de Águas e Esgoto de Rondônia - CAERD

GOVERNANÇA DO ESTADO

LUIZ PAULO DA SILVA BATISTA

Secretaria de Estado da Agricultura – SEAGRI

RENAN HOLANDA LANANES DE OLIVEIRA

Secretaria de Estado de Comunicação – SECOM

RENATA ROSA DE SOUZA

Entidade Autárquica de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia – EMATER

JÚLIO CESAR ROCHA PERES

Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia – IDARON

GILVANDER GREGORIO DE LIMA

Agência Estadual de Vigilância em Saúde de Rondônia – AGEVISA

REGIS WELLINGTON BRAGUIN SILVÉRIO CEL PM

Polícia Militar – PMRO

DELNER FREIRE

Superintendente de Tecnologia da Informação e Comunicação – SETIC



ELABORAÇÃO

BEATRIZ BASÍLIO MENDES

Secretária de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

JAKELINE OLIVEIRA COSTA MACKERTE

Secretária Adjunta de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPOG

ESTEFANE FERREIRA ESTEVAM MARINHO

Diretora Executiva - SEPOG

DOUGLAS VIEIRA DA SILVA

Diretor de Gestão Estratégica e Políticas Públicas - DGEPP/SEPOG

DIEGO ALAN FREITAS DA CRUZ

Gerente de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas - GAMPP/SEPOG

DEISON ZANOTTO TUANI

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - SEPOG

ELLEN ARTEAGA DA SILVA TORRES

Assessora - SEPOG

ITALA LISSA SANTOS RODRIGUES SCHLEGEL

Assessora - SEPOG

JANAINA PACÍFICO DA SILVA DE MELO

Assessora - SEPOG

JEAN MARCIEL NUNES DOS SANTOS

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - SEPOG

JHENNIFER NALIN FERNANDES RIBEIRO

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - SEPOG

LUIZ CARLOS GOMES DO CARMO

Agente em Atividades Administrativas - SEPOG

LUIZ FELIPE ROCHA FREIRE

Assessor - SEPOG

RAMON LIMA DE OLIVEIRA

Assessor - SEPOG

TAÍLA MAISSA PRADO NERY

Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental - SEPOG

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. OBJETIVO E ESTRUTURA DO PLANO
3. EIXO PREVENÇÃO
4. EIXO ADAPTAÇÃO
5. EIXO ADAPTAÇÃO
6. SUCESSO DA IMPLEMENTAÇÃO, COM BASE NOS ELEMENTOS
7. METODOLOGIA
8. DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA EM RONDÔNIA
9. DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA EM RONDÔNIA
10. RESULTADO CHAVE DO DIAGNÓSTICO
11. GOVERNANÇA ESTADUAL
12. CLASSIFICAÇÃO MAPEAMENTO E GESTÃO DO CENÁRIO DE CRISE HÍDRICA
13. CLASSIFICAÇÃO MAPEAMENTO E GESTÃO DO CENÁRIO DE CRISE HÍDRICA
14. INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO
15. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL E ADAPTAÇÃO LOCAL / PROCEDIMENTOS DE ACIONAMENTO E RESPOSTA A DESASTRES EM RONDÔNIA
16. PROCEDIMENTOS DE ACIONAMENTO E RESPOSTA A DESASTRES EM RONDÔNIA
17. OPERACIONALIZAÇÃO EM SITUAÇÃO DE CRISE HÍDRICA
18. CONSIDERAÇÕES FINAIS
19. CONSIDERAÇÕES FINAIS
20. LISTA DE CONTATOS ORGÃOS ESTADUAIS
21. ANEXOS METAS DE RESULTADOS E METAS DE AÇÃO

INTRODUÇÃO

O Estado de Rondônia enfrenta um paradoxo hídrico: embora inserido em uma região de abundância de rios e aquíferos, convive com crescentes riscos de desabastecimento, degradação da qualidade da água e vulnerabilidade socioambiental. A intensificação dos eventos climáticos extremos, como secas severas relacionadas ao El Niño, somada às pressões antrópicas da agropecuária, do garimpo ilegal e da urbanização desordenada, agrava um cenário marcado por deficiências estruturais no saneamento, elevadas perdas na rede de abastecimento e fragilidades na governança dos recursos hídricos. Essa realidade evidencia que a crise não se resume à escassez física de água, mas é, sobretudo, uma crise de gestão, resiliência e qualidade.

Nesse contexto, apresentamos o Plano Operacional de Prevenção e Resposta à Crise Hídrica representa um avanço significativo na política de segurança hídrica, consolidando a estratégia do Governo de Rondônia diante dos desafios climáticos. Liderado pelo nosso Governador, o Estado instituiu uma robusta estrutura de governança, coordenada pelo Comitê Gestor para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas, que articula de forma inédita diversas secretarias e órgãos estaduais em uma resposta unificada e sinérgica, culminando com este documento, que integra ações emergenciais, preventivas e estruturantes, posicionando-se como um instrumento fundamental de política pública para fortalecer a resiliência hídrica em Rondônia, mostrando a capacidade do governo de planejar e executar soluções complexas. Em suma, Plano Operacional de Prevenção e Resposta à Crise Hídrica integra ações emergenciais, preventivas e estruturantes, em consonância com a Política Estadual de Recursos Hídricos, instituída pela Lei Complementar nº 255/2002 e regulamentada pelo Decreto nº 10.114/2002. O objetivo final, impulsionado por essa gestão proativa, é assegurar o abastecimento prioritário, proteger as populações vulneráveis e garantir a sustentabilidade dos recursos hídricos para as presentes e futuras gerações.

OBJETIVO

O Plano Operacional de Prevenção e Resposta à Crise Hídrica tem por objetivo orientar, de forma integrada e intersetorial, as ações de prevenção, mitigação e resposta aos impactos da escassez de água em Rondônia, assegurando o abastecimento prioritário para consumo humano e dessedentação animal, a preservação da qualidade dos recursos hídricos e a proteção das populações mais vulneráveis.

Além disso, busca ainda fortalecer a governança participativa, ampliar a resiliência climática, promover investimentos em saneamento de infraestrutura hídrica, expandir o monitoramento e a fiscalização, e consolidar mecanismos de educação ambiental e uso sustentável da água, permitindo segurança hídrica às presentes e futuras gerações.

ESTRUTURA DO PLANO

O Plano Operacional de Prevenção e Resposta a Crise Hídrica do Estado de Rondônia é um instrumento de caráter estratégico que estabelece orientações para a atuação do Governo do Estado no enfrentamento dos riscos associados à escassez de água e a eventos hidrológicos extremos. Nesse sentido, define diretrizes de médio prazo, articulando políticas públicas setoriais e promovendo a coordenação interinstitucional necessária ao enfrentamento dos desafios estruturais relacionados à segurança hídrica.

Foi elaborado como desdobramento do Objetivo 1 “Garantir a resiliência hídrica das áreas urbanas e rurais, minimizando os impactos da escassez de água sobre a população, cadeia produtiva e serviços essenciais.” do Plano Estratégico de Prevenção e Adaptação aos Efeitos Adversos da Mudança do Clima e aos Eventos climáticos Extremos.

Este plano organiza-se em dois grandes eixos de atuação: Prevenção e Adaptação, cada um com medidas práticas para enfrentar o desafio da gestão da água.

EIXO DE PREVENÇÃO

O foco aqui é evitar ou reduzir os riscos de escassez de água. As ações procuram atuar antes que o problema se agrave, cuidando da preservação dos recursos hídricos e fortalecendo a consciência coletiva.

No eixo da prevenção, este Plano concentra-se em ações que visam reduzir os riscos de escassez antes que ela aconteça. Entre as principais iniciativas, destaca-se a conscientização social, por meio de campanhas educativas que incentivam a população e as organizações a adotarem práticas de uso responsável da água no dia a dia. Soma-se a isso o fortalecimento do saneamento básico, garantindo a eficiência nos sistemas de coleta e tratamento de água, o que contribui para a redução de desperdícios e evita a contaminação dos recursos hídricos. Outra medida essencial é o monitoramento hídrico e climático, que assegura o acompanhamento constante das chuvas, rios e aquíferos, permitindo diagnósticos mais precisos e respostas rápidas em situações de risco. Além disso, há a vigilância da qualidade da água, para assegurar que a água consumida pelas comunidades seja potável e segura. Por fim, o plano prevê a implementação de infraestruturas verdes, como a proteção de nascentes, a recuperação de matas ciliares e a adoção de práticas sustentáveis que ajudam a preservar o ciclo natural da água. Dessa forma, a prevenção atua como a primeira linha de defesa, evitando que a crise hídrica se instale.

EIXO DE ADAPTAÇÃO

Quando a escassez já se torna realidade, entra em cena a adaptação, cujo objetivo é garantir o abastecimento e a resiliência mesmo em períodos críticos. No eixo da adaptação, o referido plano, propõe estratégias voltadas para garantir a resiliência e o abastecimento mesmo em cenários de escassez. Entre as principais iniciativas está a adoção de tecnologias de irrigação eficiente, que permitem o uso racional da água na agricultura e reduzem desperdícios. Outra medida importante é a ampliação de reservatórios, aumentando a capacidade de armazenamento para períodos prolongados de seca. O Plano prevê, ainda, a diversificação das fontes hídricas, mediante a incorporação de alternativas que superam a dependência exclusiva dos cursos fluviais, tais como a utilização de aquíferos, o reuso de águas e a aplicação de tecnologias emergentes que contribuam para a segurança hídrica. De forma complementar, prevê-se a captação de águas pluviais, visando ao aproveitamento da precipitação como recurso estratégico adicional para o abastecimento em cenários de escassez. Por fim, a gestão integrada da água surge como um mecanismo essencial de coordenação entre governo, sociedade e setores produtivos, garantindo respostas mais eficazes e colaborativas em momentos críticos. Dessa forma, a adaptação assegura que, mesmo diante de crises, as comunidades possam contar com alternativas viáveis de abastecimento.

O programa também prevê ações voltadas à educação ambiental, ao fortalecimento da fiscalização e da regulação, bem como à valorização dos Comitês de Bacia Hidrográfica, que desempenham papel essencial na gestão participativa dos recursos hídricos. Além disso, contempla medidas de assistência social e de resposta emergencial, garantindo apoio às comunidades mais vulneráveis em períodos críticos de seca ou racionamento.

Outra frente de atuação é a saúde pública, com foco na vigilância epidemiológica e sanitária, a fim de prevenir e conter riscos de doenças associadas à falta ou à contaminação da água. Por fim, o programa aposta em uma governança participativa e no fortalecimento institucional, por meio do apoio ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH/RO) e às Agências de Bacia Hidrográfica (ABH), promovendo uma gestão integrada, transparente e colaborativa.

A partir destes Eixos, este Plano desdobra-se no Programa Estadual de Enfrentamento à Crise Hídrica, que reúne um conjunto de estratégias articuladas para garantir uma resposta ampla e eficaz diante dos desafios relacionados à escassez de água. Entre essas estratégias, destaca-se

EIXO DE ADAPTAÇÃO

- O monitoramento e a gestão ambiental, realizado de forma integrada ao Sistema Estadual de Informações sobre Recursos Hídricos (SERH/RO), possibilitando o acompanhamento contínuo da situação hídrica do Estado.
- A ampliação da infraestrutura hídrica, em consonância com as políticas de saneamento básico, assegurando o acesso à água de qualidade e a redução de perdas.
- Educação ambiental, fiscalização e regulação, com a regulação estabelecendo as normas; a fiscalização garante que elas sejam cumpridas; e a educação ambiental trabalha para que a sociedade as compreenda e adote voluntariamente, tornando a fiscalização menos necessária no longo prazo.
- Assistência social e resposta emergencial, com a Resposta Emergencial como ação rápida e focada para salvar vidas e minimizar danos em situações de crise súbita. Enquanto a Assistência Social oferece um amparo constante para enfrentar vulnerabilidades duradouras, Ambas são fundamentais para a garantia da dignidade humana e da segurança da população.
- Saúde pública e vigilância, com a Saúde Pública como o guarda-chuva que abrange todas as ações para o bem-estar da população, enquanto a Vigilância é sua ferramenta essencial de informação e alerta precoce, permitindo que as intervenções sejam baseadas em evidências e realizadas de forma tempestiva.
- Governança participativa e fortalecimento institucional, com a Governança Participativa garantindo que a voz do cidadão seja ouvida, enquanto o Fortalecimento Institucional garante que o União, Estado e municípios tenham capacidade técnica e operacional para responder a essas demandas de forma eficaz. São dois lados da mesma moeda: uma administração pública aberta à sociedade e competente para servi-la.

A integração entre as estratégias e os eixos de prevenção e adaptação possibilita o desenvolvimento de ações detalhadas, que são organizadas em metas anuais, programas e ações orçamentárias. Cada iniciativa conta ainda com definição de custos, unidades responsáveis pela execução e parcerias institucionais necessárias para

O SUCESSO DA IMPLEMENTAÇÃO, COM BASE NOS ELEMENTOS ABAIXO DESCRITOS:

Articulação Intersetorial: A Chave para o Sucesso

Para que os resultados esperados sejam alcançados, a articulação intersetorial é fundamental. As unidades responsáveis pela gestão de recursos hídricos, saneamento, agricultura, meio ambiente, defesa civil e desenvolvimento econômico devem manter comunicação constante. Esse diálogo contínuo possibilitará o compartilhamento de informações sobre o progresso das ações de gestão hídrica, a troca de experiências bem-sucedidas no enfrentamento de crises anteriores e a proposição de ajustes e melhorias nas estratégias sempre que necessário. Essa coordenação entre diferentes órgãos e setores fortalece a sinergia na execução do plano e otimiza a alocação e o uso de recursos financeiros e humanos dedicados à segurança hídrica do Estado.

Este Plano Operacional depende, para sua implementação, de ações realizadas por meio de instrumentos operacionais, como planos de ação setoriais vinculados ao Programa de Crise Hídrica e aos programas específicos elaborados pelas unidades gestoras do Estado, em consonância com este documento.

Cada instrumento deverá considerar as competências de cada órgão e a natureza das ações previstas para a gestão da crise hídrica. É necessário detalhar ações específicas, como a perfuração de poços, a implementação de sistemas de reuso de água ou campanhas de conscientização, definindo prazos, metas claras e os responsáveis por cada iniciativa, estruturando os planos de ação de forma alinhada às estratégias e metas de segurança hídrica estabelecidas neste plano. Além disso, devem ser consideradas as particularidades setoriais e territoriais, reconhecendo as diferentes demandas de água da agricultura, da indústria e do abastecimento urbano em cada região de Rondônia, viabilizando a execução financeira, técnica e administrativa das medidas propostas e garantindo que os projetos sejam efetivamente implementados. Dessa forma, busca-se otimizar o uso dos recursos disponíveis, evitando redundâncias e sobreposições de esforços entre as diferentes secretarias e órgãos estaduais.

METODOLOGIA

A elaboração do Plano Operacional de Prevenção e Resposta a Crise Hídrica de Rondônia foi conduzida a partir de uma metodologia integrada, estruturada para garantir consistência técnica, transversalidade e alinhamento com as políticas já existentes. O processo iniciou-se com o levantamento de informações realizado pelas Unidades Setoriais do Governo do Estado, contemplando áreas como saneamento, agricultura, pecuária, meio ambiente, energia, defesa civil, saúde, resíduos sólidos e planejamento urbano. Esse trabalho permitiu consolidar dados já disponíveis em relatórios institucionais, notas técnicas e bases oficiais, compondo um panorama abrangente sobre os principais desafios relacionados à gestão hídrica em Rondônia.

A partir desse conjunto de informações, foi construído um diagnóstico técnico que analisou de forma sistêmica as causas, impactos e riscos associados à crise hídrica, permitindo a identificação das fragilidades e vulnerabilidades do estado, bem como a definição de medidas preventivas e de resposta emergencial.

Além disso, a metodologia do plano incorporou referências de diagnósticos já existentes, o que conferiu maior consistência e robustez à análise. Entre os documentos considerados destacam-se o Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH/RO), o Plano de Ação Estadual de Crise Hídrica do Corpo de Bombeiros (2024), notas técnicas da SEDAM, relatórios da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), além de dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNISA), do IBGE e de estudos acadêmicos. O uso dessas referências permitiu integrar experiências consolidadas, evitar duplicidade de esforços e alinhar o plano às diretrizes nacionais e estaduais de recursos hídricos.

Por fim, com base no diagnóstico e estrutura do Programa Estadual de Enfrentamento à Crise Hídrica de Rondônia, foi definida a estrutura deste plano, composta por Diagnóstico da Crise Hídrica em Rondônia - Resultado Chave do Diagnóstico - Governança Estadual - Classificação, Mapeamento e Gestão do Cenário de Crise Hídrica - Da integração do planejamento - Abrangência territorial e adaptação local - Procedimentos de Acionamento e Resposta a Desastres Em Rondônia - Operacionalização em Situação de Crise Hídrica - Considerações finais - anexo I - das metas de resultado e ações para 2025/2026 /2027 e Lista de Contatos.

Essa estrutura reflete o caráter transversal do plano, que busca integrar dimensões ambientais, sociais, econômicas e institucionais, reforçando a necessidade de cooperação entre órgãos estaduais, municípios e sociedade civil organizada para garantir a segurança hídrica de Rondônia.

DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA EM RONDÔNIA

O cenário de aplicação do Plano Operacional de Prevenção e Resposta à Crise Hídrica de Rondônia parte da premissa de que o Estado está sujeito a eventos climáticos extremos, cada vez mais frequentes e intensos, resultantes das mudanças climáticas e do uso inadequado dos recursos naturais. Entre os principais riscos, destaca-se a redução do volume de precipitações atmosféricas, que provoca a queda acentuada dos níveis dos rios, igarapés e mananciais, impactando diretamente o abastecimento humano, a dessedentação animal e a irrigação de lavouras.

O Plano foi desenvolvido a partir da identificação de cenários de risco, que funcionam como hipóteses prováveis de desastres e orientam as ações de preparação e resposta do poder público e da sociedade. As principais ameaças identificadas são:

1. Estiagem e Seca - Ambos os fenômenos estão relacionados à falta de chuva, mas com características distintas:

- Seca: Um fenômeno natural de longa duração, definido pela ausência quase total de chuvas. Seus principais impactos estão na disponibilidade de água e, embora seja mais comum em regiões semiáridas, sua intensidade tem aumentado em Rondônia.
- Estiagem: Caracteriza-se pela redução ou atraso das chuvas sazonais. Esse evento provoca uma escassez temporária de água, intensifica a pressão sobre os mananciais e aumenta a vulnerabilidade da população às doenças respiratórias.

2. Ondas de Calor - São períodos em que as temperaturas se mantêm persistentemente acima da média histórica. As consequências incluem:

- Agravamento de riscos à saúde pública;
- Aumento da mortalidade associada às doenças cardiovasculares e respiratórias;
- Criação de condições favoráveis para à ocorrência de incêndios florestais.

3. Incêndios Florestais - Definidos como a propagação descontrolada do fogo em áreas de vegetação, os incêndios estão frequentemente associados à estiagem prolongada e à baixa umidade do ar. Seus impactos são:

- Destruição de ecossistemas;
- Prejuízo significativo para à qualidade do ar;
- Exposição de populações urbanas e rurais a graves riscos de saúde.

DIAGNÓSTICO DA CRISE HÍDRICA EM RONDÔNIA

Essas hipóteses são fundamentais para o planejamento, pois permitem compreender os múltiplos impactos da crise hídrica, considerando aspectos ambientais, hidrológicos e sociais.

O diagnóstico da Crise Hídrica em Rondônia foi elaborado a partir de uma abordagem secundária multifonte e integrada, combinando informações de diferentes origens e metodologias. Foram utilizadas as informações técnicas abaixo elencadas: Documentos oficiais: notas técnicas, planos de ação da SEDAM e do Corpo de Bombeiros (2024–2025), Plano Estadual de Recursos Hídricos (2017) e Plano de Contingência de São Miguel do Guaporé (2024), Bases de dados nacionais: relatórios da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) referentes a 2022–2024, além de dados do IBGE (2021) e SISAGUA (2022), Estudos acadêmicos: pesquisas que analisaram a segurança alimentar, saneamento e gestão hídrica no estado (UFF, 2017; 2019), Análise comparativa e cruzamento de dados: integração entre indicadores de disponibilidade hídrica (quantitativa e qualitativa), demandas consuntivas (urbano, agropecuária, irrigação), registros de eventos climáticos extremos (estiagens de 2023/2024 sob forte influência do El Niño) e vulnerabilidades institucionais, Indicadores de desempenho: perdas na distribuição de água, índices de saneamento, registros de vazão mínima histórica, conflitos de uso da água e incidência de doenças de veiculação hídrica.

Essa metodologia permitiu um diagnóstico abrangente, considerando não apenas a disponibilidade bruta de recursos hídricos, mas também a efetiva capacidade de acesso, qualidade e resiliência do sistema estadual de abastecimento.

RESULTADO CHAVE DO DIAGNÓSTICO

O diagnóstico revelou o chamado “paradoxo hídrico de Rondônia”: um Estado inserido em uma das regiões mais ricas em água doce do mundo, mas que ainda enfrenta riscos crescentes de escassez, desabastecimento e degradação da qualidade da água. Entre os principais resultados, destacam-se:

Abundância aparente x escassez real: embora haja grande disponibilidade de água superficial e subterrânea, a população e setores produtivos enfrentam riscos de desabastecimento devido a deficiências de gestão, saneamento e infraestrutura.

Eventos climáticos extremos: a seca histórica de 2023/2024, intensificada pelo El Niño, reduziu drasticamente os níveis dos principais rios, em Espigão do Oeste, o Rio Palmeiras secou totalmente, que levou à decretação de Estado de Calamidade Pública, no conjunto com outras localidades.

Perdas no sistema de abastecimento: Porto Velho apresenta perdas de até 77,3% na distribuição de água, quase o dobro da média nacional (37,8%); a média estadual supera 40%, o que sobrecarregando mananciais e reduzindo a resiliência do sistema.

Déficit de saneamento básico: apenas 9% da população possui acesso à rede de coleta de esgoto em Rondônia, índice inferior à média regional da Amazônia e muito abaixo do nacional (SNIS, 2022).

Pecuária: responsável por cerca de 42% da demanda hídrica estadual (dado de 2016).

Irrigação: em expansão, provoca conflitos em municípios como Rolim de Moura e Seringueiras.

Garimpo ilegal: libera mercúrio no Rio Madeira e afluentes, gerando impactos ambientais severos e riscos às comunidades locais.

Consequências observadas

Saúde pública: aumento de doenças de veiculação hídrica, além de respiratórias associadas à fumaça de queimadas em períodos de estiagem.

Economia: perdas agropecuárias, impactos na piscicultura, na geração de energia, na navegação e na logística de transporte fluvial.

Meio ambiente: assoreamento de rios, perda de biodiversidade, contaminação de aquíferos e degradação dos ecossistemas aquáticos.

Fragilidades institucionais: poucos Planos Municipais de Contingência, rede de monitoramento insuficiente, baixa articulação entre esferas de gestão hídrica e falhas de fiscalização e outorga.

GOVERNANÇA ESTADUAL

A governança climática do Estado de Rondônia está organizada com base no Comitê Gestor para Adaptação e Enfrentamento às Mudanças Climáticas, instituído pelo Decreto nº 28.613/2023 e alterações posteriores, que atua como instância central de coordenação. Esse comitê é responsável por articular ações integradas de prevenção, adaptação e resposta a emergências climáticas, sistematizar dados e repassá-los ao Governador, coordenar a execução das ações previstas no plano estratégico e deliberar sobre revisões e atualizações anuais. Além disso, pode instituir grupos de trabalho de caráter técnico para auxiliar na implementação das medidas.

A composição do comitê reflete a necessidade de atuação intersetorial, reunindo representantes de diversos órgãos e secretarias estaduais, como o Corpo de Bombeiros Militar (responsável pela coordenação geral), Secretaria de Desenvolvimento Ambiental (SEDAM), Casa Civil, Secretaria de Planejamento (SEPOG), Secretaria de Finanças (SEFIN), Secretaria de Agricultura (SEAGRI), Secretaria de Saúde (SESAU), Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), Secretaria de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social (SEAS), Secretaria de Justiça (SEJUS), Secretaria de Educação (SEDUC), Secretaria de Comunicação (SECOM), Secretaria de Segurança, Defesa e Cidadania (SESDEC), Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos (SEOSP), além de entidades como a EMATER, o IDARON, a CAERD, a AGEVISA, o DER, a SUPEL, a SOPH, a SETIC, Superintendência Estadual do Indígena, Polícia Militar e PGE. Essa ampla composição garante a integração entre áreas como segurança hídrica, saúde pública, meio ambiente, agricultura, infraestrutura, assistência social, comunicação e defesa civil.

Como instâncias de apoio, o Plano Operacional estabelece a atuação de grupos de trabalho temáticos, não remunerados, que prestam assessoramento técnico e operacional. Entre eles estão os grupos de captação de recursos, de defesa civil, saúde pública e assistência social, de intervenções de médio prazo, de comunicação e de obras, serviços e aquisições. Além disso, existe o Gabinete Interinstitucional, formado por autoridades do Executivo e de outros poderes ou órgãos do Estado, acionado sempre se fizer necessária a articulação de estratégias conjuntas em nível ampliado.

No campo operacional, o plano prevê a elaboração de anexos operacionais, compostos por planos e programas setoriais elaborados pelas unidades responsáveis. Cada anexo define metas anuais detalhadas, os custos previstos, as fontes de financiamento, os indicadores de monitoramento, bem como a unidade executora e suas parcerias institucionais. O Comitê Gestor é responsável por avaliar e aprovar esses anexos, garantindo a coerência com os objetivos estratégicos do Estado.

Dessa forma, a estrutura de governança climática em Rondônia funciona de maneira integrada: o Comitê Gestor atua na coordenação geral, os grupos de trabalho oferecem suporte técnico, o Gabinete Interinstitucional assegura a articulação em nível mais amplo, as secretarias e órgãos executam as ações específicas, e o Governador recebe dados consolidados para a tomada de decisão. Esse arranjo institucional garante que o enfrentamento das mudanças climáticas seja conduzido de forma coordenada, participativa e eficiente, fortalecendo a resiliência do Estado diante dos desafios ambientais.

CLASSIFICAÇÃO, MAPEAMENTO E GESTÃO DO CENÁRIO DE CRISE HÍDRICA

O processo de identificação e classificação dos municípios vulneráveis à estiagem no Estado de Rondônia será conduzido pelo Comitê de Mudanças Climáticas, sob coordenação da Defesa civil, com apoio técnico da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) e da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD).

Para fundamentar os estudos, deverão ser utilizados insumos como Cartas Imagem das microbacias utilizadas para captação de água, Mapa de Uso do Solo do Estado e Diagnósticos Ambientais. A partir desses levantamentos, serão definidas as microbacias prioritárias para estudos detalhados e ações emergenciais de mitigação.

A classificação de risco deverá ser realizadas em duas etapas complementares:

CAERD: categorizar os municípios segundo o grau de vulnerabilidade de suas fontes de captação de água para abastecimento urbano, em quatro níveis (Baixo, Moderado, Grave e Extremo).

SEDAM: estabelecer a ordem de prioridade para diagnóstico e intervenção nas microbacias hidrográficas, considerando a fragilidade hídrica e a degradação ambiental.

Este sistema de classificação possui caráter dinâmico, sujeito a revisões periódicas, uma vez que os níveis de risco variam de acordo com a intensidade e duração da estiagem.

A captação de água para abastecimento público em Rondônia é realizada principalmente pela Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia (CAERD), que opera sistemas de captação em diversos municípios do Estado. Em localidades onde a cobertura da CAERD é limitada ou inexistente, a responsabilidade recai sobre prefeituras municipais, por meio de serviços autônomos de água e esgoto ou, em situações emergenciais, pela atuação da Defesa Civil Municipal.

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (SEDAM) exerce papel estratégico na gestão e fiscalização dos recursos hídricos, sendo responsável pelo planejamento das unidades hidrográficas de gestão (UHGs) e pelo acompanhamento das outorgas de uso da água. Complementarmente, os Comitês de Bacias Hidrográficas participam da governança e monitoramento, colaborando para a preservação dos mananciais utilizados na captação.

Assim, a estrutura institucional da captação de água em Rondônia envolve a articulação entre a CAERD, prefeituras, SEDAM e comitês de bacias, cada qual com atribuições específicas e interdependentes, visando assegurar o abastecimento hídrico da população.

CLASSIFICAÇÃO, MAPEAMENTO E GESTÃO DO CENÁRIO DE CRISE HÍDRICA

No âmbito da gestão da crise, a emissão de alertas será realizada pela Defesa Civil, por meio da Interface de Divulgação de Alertas Públicos (IDAP), alimentada por informações do CEMADEN, CENAD, INMET e ANA, e disseminada por SMS, WhatsApp, Telegram, rádio, TV por assinatura e mídias digitais, em articulação com a Diretoria de Comunicação Social do Corpo de Bombeiros Militar de Rondônia (CBMRO) e a Secretaria de Comunicação (SECOM).

Quanto à resposta, será adotado o Sistema de Comando de Incidentes (SCI), preferencialmente instalado nas unidades do CBMRO e, quando inexistentes, nas prefeituras municipais, em articulação com as Coordenadorias Municipais de Proteção e Defesa Civil (COMDECs) e a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil (CEPDEC).

Adicionalmente, diante da confirmação de cenários de estiagem severa, o coordenador municipal e/ou estadual de Defesa Civil deverá orientar o chefe do Poder Executivo local ou estadual para decretar Situação de Emergência (S.E.) ou Estado de Calamidade Pública (E.C.P.), conforme a gravidade do evento. Esse processo deverá ocorrer com agilidade e em articulação com a CEPDEC e o CBMRO, de modo a viabilizar o acesso a recursos federais junto ao Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR), por meio da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC), conforme as Portarias nº 260/2022 e nº 3646/2022, ou normas posteriores.

DA INTEGRAÇÃO DO PLANEJAMENTO

A construção do Plano Operacional de Prevenção e Resposta à Crise Hídrica não ocorre de forma isolada, mas se insere em um contexto mais amplo de políticas públicas ambientais e climáticas já em curso em Rondônia. Sua origem está diretamente vinculada à Política Nacional sobre Mudança do Clima e, em âmbito estadual, ao Plano Estratégico de Prevenção e Adaptação aos Efeitos Adversos da Mudança do Clima e aos Eventos Climáticos Extremos, que estabelece diretrizes integradas para enfrentar eventos como secas, enchentes, incêndios e ondas de calor.

Esse alinhamento garante que a gestão da crise hídrica esteja articulada a outras ações já existentes, como o combate a incêndios florestais e implementação de programas de educação ambiental em Unidades de Conservação. Iniciativas como a elaboração de Planos de Manejo Integrado do Fogo (PMIF), a construção de aceiros, a realização de queimadas prescritas e programas de conscientização e fiscalização mostram que o Estado já possui práticas preventivas e adaptativas que podem fortalecer a resiliência hídrica.

Além disso, o Plano Estratégico Estadual de Mudanças Climáticas estabelece como um de seus pilares a resiliência hídrica, com ações de prevenção — como proteção de nascentes, recuperação de matas ciliares e monitoramento da qualidade da água — e de adaptação — como irrigação eficiente, reservatórios, reúso de água, captação de águas pluviais e gestão integrada. Isso cria um ambiente institucional favorável para que o Plano Operacional de Prevenção e Resposta à Crise Hídrica seja não apenas complementar, mas uma parte integrante da estratégia estadual de enfrentamento climático.

Outro aspecto relevante é que, após sua implementação formal, o Plano Operacional contará com um programa orçamentário próprio, garantindo recursos específicos para sua execução. Essa previsão assegura que as ações planejadas avancem para a prática, com metas, custos e responsabilidades claramente definidos.

Assim, o referido Plano de Crise, deve ser compreendido como um desdobramento operacional da política estadual de mudança climática. Ele dialoga com planos setoriais já em execução, como o de prevenção a incêndios, e reforça a integração entre diferentes áreas — meio ambiente, agricultura, saúde, defesa civil e planejamento. Essa abordagem intersetorial fortalece a governança climática de Rondônia e posiciona o Estado em um caminho mais sólido de sustentabilidade, resiliência e segurança hídrica.

ANEXO 1: METAS DE RESULTADOS

Estrategia	Resultados	Indicadores
Monitoramento e Gestão Ambiental	Garantir um sistema estadual integrado e transparente de monitoramento hídrico.	Percentual de municípios que utilizam informações do sistema estadual de monitoramento para orientar planos locais.
	Proteger as nascentes estratégicas que asseguram o abastecimento.	Área estadual de nascentes e mananciais críticos sob proteção legal ou monitoramento ativo.
Infraestrutura Hídrica e Integração com Saneamento Básico	Ampliar a cobertura de saneamento básico, beneficiando toda a população.	Percentual da população com esgoto coletado e tratado de acordo com padrões nacionais.
	Garantir reservação adequada de água para enfrentar estiagens e picos de consumo.	Capacidade média de reservação de água per capita disponível no estado.
	Reduzir significativamente as perdas de água tratada em todo o estado.	Percentual da população com abastecimento diário regular (sem intermitência).

Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Reduzir o desperdício e otimizar o consumo de água nas atividades humanas	Água consumida nas atividades humanas (vazão destinada a consumo urbano, agricultura, pecuária, indústria, serviços e mineração)
	Melhorar a qualidade das águas superficiais em Rondônia, garantindo rios em condições adequadas para consumo humano, lazer e preservação ambiental.	Níveis de poluentes como DBO, nitratos, fósforo e metais pesados em pontos estratégicos
	Reduzir práticas irregulares e desperdícios que comprometem os recursos hídricos.	Tempo médio entre a notificação/autuação e a regularização pelo próprio infrator.
		Proporção de penalidades reduzidas ou dispensadas devido à regularização voluntária.
Assistência Social e Resposta Emergencial	Garantir segurança hídrica em comunidades vulneráveis.	Municípios atendidos pela Defesa Civil
	Garantia de segurança hídrica em comunidades vulneráveis.	Bancos de água instalados
	Reduzir o tempo de resposta do estado frente a crises hídricas e climáticas.	Tempo de mobilização de recursos estaduais após declaração de emergência hídrica.

Saúde Pública e Vigilância	Reduzir a incidência de doenças relacionadas à água no estado.	Percentual da população atendida por sistemas de abastecimento que cumprem integralmente os padrões de potabilidade da água.
	Garantir que toda a população tenha acesso a água segura e monitorada	Número de surtos de doenças de veiculação hídrica notificados e controlados anualmente.
	Reduzir a populações impactadas pela escassez ou contaminação da água.	Número de pessoas com doenças de veiculação hídrica
Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Construir uma cultura coletiva de uso racional e responsável da água em Rondônia.	Percentual da população que declara adotar práticas de uso racional da água em pesquisas de opinião estaduais.
	Fortalecer a capacidade institucional dos municípios e órgãos estaduais.	Percentual de municípios com estrutura técnica mínima para gestão de recursos hídricos.
	Ampliar o acesso da população a informações ambientais confiáveis e regulares.	Tempo médio entre ocorrência de eventos críticos e emissão de alertas oficiais à população.

Unidade	Estratégia	Ação Anual	Meta	Indicadores	Eixo (Prevenção ou adaptação)	Unidade responsável	Tempo para execução (curto, médio ou longo prazo)	Parcerias e articulações necessárias para o sucesso da ação	Programa Orçamentário
SEDAM	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Elaborar boletins meteorológicos e fluviométricos diários e/ou semanais	Publicar boletins meteorológicos e fluviométricos, com frequência mínima de duas vezes por semana.	Nº de boletins hidrometeorológicos publicados por mês.	Prevenção	Sala de Situação da SEDAM	Contínuo	Emater, Prefeituras, Defesas Cíveis	_____
SEDAM	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Implementar programas previstos no Plano Estadual de Recursos Hídricos voltados aos municípios na gestão de eventos críticos	Inspeccionar anualmente, pelo menos, 120 barragens prioritárias para segurança e regularização. Classificar 100% das barragens inspecionadas quanto ao risco. Mapear cadastrar 100% das barragens inspecionadas. Regularizar 100% das barragens inspecionadas.	Nº de outorgas emitidas. Nº de barragens inspecionadas Nº de barragens classificadas quanto ao risco. Nº de barragens inspecionadas.	Prevenção e adaptação	Coordenadoria de Recursos Hídricos	Contínuo	Comitês de Bacias Hidrográficas do Estado de Rondônia, CAERD, municípios e SEPOG (apoio orçamentário).	2080 - FORTALECER A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS
SEDAM	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Implantar e manter plataformas de coleta de dados nos municípios	Implantar e manter, pelo menos, 15 plataformas meteorológicas de coleta de dados Implantar e manter, pelo menos, 10 plataformas Hidrológicas de coleta de dados	Nº de plataformas de coleta instaladas e operacionais.	Prevenção	Coordenadoria de Recursos Hídricos, Coordenadoria de Geociências e Sala de Situação da SEDAM	Contínuo	Prefeituras, Comitês de Bacia, EMATER	2080 - FORTALECER A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS
SEDAM	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Ampliar educação ambiental sobre recursos hídricos	Realizar, anualmente, pelo menos 150 ações de educação ambiental nos municípios. Realizar ações de educação ambiental em todos os 52 municípios do Estado.	Nº de ações realizadas. Nº de ações por município	Prevenção	Coordenadoria de Educação Ambiental	Contínuo	Prefeituras, Comitês de Bacia, empresas parceiras	2098 - PROTEÇÃO AMBIENTAL
SEDAM	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Ampliar as fiscalizações dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos	Realizar anualmente 500 fiscalizações em áreas com maior risco de uso irregular dos recursos hídricos.	Nº de ações de fiscalização realizadas.	Prevenção e adaptação	Coordenadoria de Recursos Hídricos e Escritório Regional de Vilhena	Contínuo	Erga de Vilhena	2080 - FORTALECER A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS
SEDAM	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Projeto Recuperar	Recuperar 1416 nascentes em municípios com histórico de escassez hídrica (Bacias com diagnóstico já realizado). Recuperar, aproximadamente, 145,26 hectares de APPs e áreas de nascente, em municípios com histórico de escassez hídrica (Bacias com diagnóstico já realizado).. Realizar novos diagnóstico nas bacias dos rios: Rio Palheeta (Guajará Mirim); Rio Tingui (Alta Floresta D'Oeste); Rio Pimenta - Baixo e alto e Barão do Melgaço (Pimenta Bueno); Rio Bamburro (Santa Luzia e Rolim de Moura); Rio Ji Paraná (Ji Paraná); Rio Boa vista (Ouro Preto D'Oeste); Rio Urupá (Urupá); Ribeirão Cacaú (Alvorada D'Oeste).	Nº de nascentes recuperadas. Área total de APPs recuperada (em hectares). Nº de diagnósticos realizados. Nº de municípios atendidos pelo projeto.	Prevenção e adaptação	Coordenadoria de Floresta Plantada	Contínuo	Prefeituras	2153 - DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL
SEDAM	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Outorga e Segurança de Barragens	Monitorar trimestralmente a qualidade da água em 26 pontos estratégicos de captação.	Nº de coletas e análises realizadas.	Prevenção e adaptação	Coordenadoria de Recursos Hídricos	Contínuo	Escritórios da SEDAM nos municípios	2080 - FORTALECER A GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS

SEDAM	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Monitoramento da Qualidade da Água	Realizar, anualmente, até o final do mês de agosto, a limpeza e desassoreamento em 100% dos pontos de captação críticos.	Nº de pontos de captação limpos e desassoreados.	Prevenção e adaptação	Laboratório de Análises Ambientais, Coordenadoria de Recursos Hídricos e ERGAs da SEDAM	Contínuo	Caerd, Ministério Público, Prefeituras e órgãos do governo do estado	_____
CAERD	II – Infraestrutura Hídrica e integração com políticas de Saneamento Básico	Limpeza e desassoreamento nos pontos de captação de água.	Construir, contenções provisórias, em casos críticos, nos pontos de captação com risco extremo e grave de interrupção do abastecimento.	Nº de estruturas de contenção construídas e em operação. Nº de municípios/distritos diagnosticados como em estado crítico (risco grave e extremo de interrupção do abastecimento).	Prevenção	CAERD-CEOS	Curto	CAERD	_____
CAERD	II – Infraestrutura Hídrica e integração com políticas de Saneamento Básico	Contenção para a elevação de nível da água nos pontos de captação.	Concluir estudos de viabilidade técnica para novos arranjos de captação em, no mínimo, 07 municípios prioritários.	Nº de estudos concluídos com propostas de intervenção. Nº de municípios com diagnóstico técnico validado.	Prevenção	CAERD-CEOS	Médio	CAERD	_____
CAERD	II – Infraestrutura Hídrica e integração com políticas de Saneamento Básico	Estudos de viabilidade técnica para identificar alternativas que melhorem o sistema de captação de água, visando atender as necessidades da Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD.	Elaborar projetos básicos completos para a ampliação e modernização do Sistema de Abastecimento de Água em 04 municípios prioritizados, com foco na eficiência, segurança hídrica e sustentabilidade, prontos para captação de recursos e/ou execução.	Nº de municípios que tiveram sua capacidade ampliada de abastecimento de água	Prevenção	CAERD-CTEC	Longo	CAERD	_____
	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Apoiar ações preventivas nas comunidades de vulnerabilidades sociais	Perfurar, equipar e colocar em operação poços profundos em áreas urbanas de 20 municípios prioritários, garantindo sua integração ao sistema público de abastecimento de água. A quantidade de poços necessária dependerá da vazão obtida em cada um. (Espigão do Oeste, Cerejeiras, Vitória da União (Distrito de Corumbiara), Iata (Distrito de Guajará-Mirim), Fortaleza do Abunã (Distrito de Porto Velho), Nova Londrina (Distrito de Ji-Paraná), Ouro Preto do Oeste, Candeias do Jamari, Porto Velho - Zona Leste, Bandeira Branca (Distrito de Presidente Médici), Corumbiara, Surpresa (Distrito de Guajará-Mirim), Parecis, Teixerópolis, Seringueiras, Santa Luzia do Oeste, Nova União, Mirante da Serra, Ministro Andreazza e Pimenteiras do Oeste.)	Número de poços em operação e integrados ao sistema de abastecimento Nº de municípios atendidos	Prevenção		curto	Apoio com pagamento de diária e combustível, se for para fora da sede.	_____
	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Apoiar ações de respostas nas comunidades de vulnerabilidades sociais	Instalação de réguas linimétricas em 25 municípios que apresentaram eventos críticos de estiagem e que estão classificados em risco grave e extremo. Monitorar a cada trimestre o nível dos rios nos pontos de captação e emitir boletim informativo. Consolidar os dados obtidos em um banco de dados e disponibilizar para acesso externo	Nº de pontos de captação com réguas instaladas Nº de boletins publicados na página oficial da Caerd. Banco de dados criado e disponibilizado	Adaptação		curto	Apoio com pagamento de diária e combustível, se for para fora da sede.	_____
CBM	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Realizar o monitoramento e acompanhamento de alertas e boletins emitidos pelos órgãos responsáveis, devendo participar das reuniões organizadas por estes órgãos.	Atender pelo menos 70% das solicitações de apoio	Nº de solicitações atendidas	Prevenção	CBM-CEDEC	curto	-	2193 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES

CBM	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Criação de Planos de Contingência municipais	Atuar em 100% das ocorrências de emergência em comunidades afetadas	Nº de atendimentos emergenciais realizados.	Prevenção	CBM-CEDEC	curto	ônus para o CBMRO com Pagamento de diárias, se for para fora da sede.	2193 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES
CBM	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Capacitação das COMPDECs	Atualizar o mapeamento de 100% das áreas de risco hídrico nos municípios mais afetados. Participar de 100% dos eventos e reuniões realizadas por órgãos de monitoramento	Nº de áreas mapeadas e monitoradas. Nº de alertas emitidos com base no monitoramento. Nº de participações em eventos	Prevenção	CBM-CEDEC	curto	ônus para o CBMRO com Pagamento de diárias, quando o deslocamento para os polos forem para fora da sede.	Ação não Orçamentária
CBM	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Realização de treinamentos do efetivo interno da CEPDEC	Apoiar a elaboração ou atualização dos Planos de Contingência em 52 municípios. Todos os 52 municípios contendo Plano de Contingência	Nº de municípios com plano de contingência.	Prevenção	CBM-CEDEC	curto	Ônus para o CBMRO com Pagamento de diárias, se for para fora da sede. Interesse da prefeitura municipal e apoio pelo Estado.	2193 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES
CBM	II – Infraestrutura Hídrica e integração com políticas de Saneamento Básico	Aquisição de equipamentos de modo a garantir abastecimento no combate aos incêndios florestais	Capacitar ao menos dois servidores de cada Coordenadoria Municipal, anualmente;	Nº de COMPDECs capacitadas anualmente Nº de servidores treinados anualmente	Adaptação	CBM-CPOF	curto	Ônus para o Funesbom	2193 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES
CBM	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Monitoramento de desperdício de água nas instalações do CBMRO	Realizar 2 treinamentos técnicos em temáticas de resposta a estiagem.	Nº de treinamentos internos realizados. Nº de bombeiros capacitados.	Prevenção	CBM	curto	GBs e SGBs	1015 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO
CBM	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Assessoria Técnica aos municípios	Abastecimento de materiais às OBMs de Rondônia;	Nº de equipamentos adquiridos e em uso.	Prevenção	CBM-CEDEC	Longo Prazo	Ônus para o CBMRO com Pagamento de diárias, se for para fora da sede. Interesse da prefeitura municipal e apoio pelo Estado.	2103 - DEFESA CONTRA SINISTRO
EMATER	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Prestar Assistência técnica aos produtores para manutenção e recuperação de nascentes e assoreamento dos rios e a degradação dos recursos hídricos	Prestar assessoria técnica a 100% das solicitações realizadas por municípios	Nº de municípios assessorados.	Prevenção/Adaptação	EMATER-DITEP	curto/médio/longo	Parceria com os municípios e Secretárias estaduais afins	2193 - GESTÃO INTEGRADA DE RISCOS E DESASTRES
EMATER	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Orientar e auxiliar os produtores rurais no desenvolvimento e utilização de técnicas de irrigação e dessedentação animal adaptadas à estiagem e crise hídrica	Realizar 20 visitas técnicas por mês Elaborar projetos de recuperação ambiental em ao menos 50 propriedades rurais por ano, com foco em nascentes e APPs degradadas.	Nº de projetos técnicos de recuperação elaborados. Nº de propriedades atendidas com assistência técnica. Nº de projetos elaborados que foram implementados pelos produtores	Adaptação/prevenção	EMATER-DITEP	curto/médio/longo	Parceria com os municípios e Secretárias estaduais afins	2024 - Fortalecimento da Agricultura Familiar
EMATER	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Executar ações educativas para o setor rural, voltadas para a preservação de mananciais, mata ciliar, conservação de nascentes, por meio de vídeos educativos (panfletos, sítio da internet e rede sociais)	Realizar orientações sobre técnicas de irrigação e dessedentação animal para pelo menos 1.000 produtores rurais anualmente.	Nº de produtores orientados com base em dados climáticos e o sistema de acompanhamento e monitoramento da Emater. Nº de boletins agrometeorológicos repassados com recomendações. Nº de visitas técnicas para orientação realizadas	prevenção	EMATER-DITEP	curto/médio/longo	Parceria com os municípios e Secretárias estaduais afins	2024 - Fortalecimento da Agricultura Familiar
IDARON	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Fiscalização do comércio, trânsito e uso de agrotóxicos	Realizar, anualmente, 2000 ações educativas (oficinas, dias de campo, palestras, dentre outros).	Nº de ações educativas realizadas. Nº de participantes nas atividades educativas.	Eixo Crise Hídrica e Eixo Prevenção	IDARON	curto, médio e longo prazo	Aprosoja, ALERO, FAPERON, FETAGRO, SINDICATOS, SEBRAE, EMBRAPA	2024 - Fortalecimento da Agricultura Familiar
IDARON	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Fiscalização do comércio de sementes forrageiras	Realizar, anualmente, no mínimo 300 fiscalizações em propriedades rurais, pontos de venda e rotas de transporte de agrotóxicos em municípios com risco hídrico elevado.	Nº total ações de fiscalizações realizadas por ano Nº de autos de infração emitidos por irregularidades no uso, transporte ou comércio de agrotóxicos.	Prevenção	IDARON	curto, médio e longo prazo	Aprosoja, ALERO, FAPERON, FETAGRO, SINDICATOS, SEBRAE, EMBRAPA	_____

SEAS	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Ciclos de apoios técnicos	Realizar, anualmente, no mínimo 300 fiscalizações em propriedades rurais, pontos de venda e rotas de transporte de agrotóxicos em municípios com risco hídrico elevado.	Nº total ações de fiscalizações realizadas por ano Nº de autos de infração emitidos por irregularidades no uso, transporte ou comércio de agrotóxicos.	Prevenção	Gerência de Proteção Social Especial	Longo Prazo	Gerência de Educação Permanente, MDS	2096 - Programa Estadual de Defesa Agropecuária
SEAS	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Aquisição de cesta básica e água Adesão Municipal a Atas de Registro de Preços ("Carona")	Realizar ciclos de apoio técnico em 100% dos municípios até o final de cada ano.	Nº de municípios atendidos com apoio técnico.	Adaptação	Coordenadoria Estadual de Política Públicas de Assistência (CAS)	Curto	Gerência da Proteção Social Especial	2096 - Programa Estadual de Defesa Agropecuária
SEAS	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Flexibilizar do recurso do cofinanciamento	Publicar Ata de Registro de Preço, garantindo acesso facilitado a cestas básicas e água potável aos municípios em situação de emergência.	Ata Publicada; Nº de municípios que aderiram à Ata de Registro de Preços.	Prevenção	Coordenadoria Estadual de Política Públicas de Assistência (CAS)	Curto	Gestão do SUAS e Astec	2168 - GESTÃO ESTADUAL DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
SEAS	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Articular e garantir processos de educação permanente	Flexibilizar o uso do cofinanciamento em até 50% para 100% dos municípios solicitantes que estejam em situação de emergência hídrica	Nº de municípios autorizados a utilizar o recurso. Percentual de recursos flexibilizados	Prevenção	Coordenadoria Estadual de Política Públicas de Assistência (CAS)	Longo Prazo	Gerência da Proteção Social Especial	Ação não Orçamentária
SEAS	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Concessão e entrega de cestas básicas e água mineral via rede socioassistencial (estoques estratégicos estaduais).	Ofertar, pelo menos, 240 vagas de cursos de capacitação a profissionais da assistência social, relativo a ações preventivas e emergenciais, nos 52 municípios, até o final de cada exercício.	Nº de profissionais capacitados. Nº de ações de formação realizadas.	Prevenção	Gerência de Proteção Social Especial	Longo Prazo	Defesa Civil Estadual, municipal (com atuação na disponibilização de veículos necessários para esse fim)	Ação não Orçamentária
SECOM	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Concientizar a população do uso adequado da água, cuidado e preservação do meio ambiente, além de alertas sobre riscos e acontecimentos de enfrentamento às mudanças climáticas.	Fornecer, pelo menos, 1100 cestas básicas; Fornecer, pelo menos, 26.000 unidades de garrafas de água (garrafas de 2 litros) Fornecer, pelo menos, 4.000 fardos de água (fardos com 12 garrafas de 510 ml)	Nº de cestas básicas entregues Nº de garrafas de água entregues Nº de famílias atendidas	Crise hídrica, queimadas e enchentes.	CEPP	Contínuo	Todas as Secretarias e órgãos do executivo estadual.	2168 - GESTÃO ESTADUAL DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - SUAS
SEJUS	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Realizar publicações institucionais de forma contínua e estratégica	Publicar conteúdos nas redes sociais oficiais pelo menos 2 vezes por semana; Publicar conteúdos no portal oficial do governo pelo menos 2 vezes por semana; Promover campanha de sensibilização quanto ao uso da água em mídias off (rádio e impresso) no período de março a novembro de cada ano; Promover campanha de sensibilização quanto ao uso da água em mídias off (TV) no período de maio a novembro de cada ano.	Nº de conteúdos publicados nas redes sociais oficiais Nº estimado de pessoas alcançadas nas redes sociais após 30 dias da publicação Nº de conteúdos publicados no portal oficial do governo Quantidade de meses com campanha de sensibilização em vigência	Adaptação	Coordenadoria de Infraestrutura	Médio	SEPOG (com atuação no orçamento da secretaria para esse fim)	2087 - PROGRAMA DE ENFRENTAMENTO À POBREZA 2163 - PROMOVER A POLÍTICA ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL
SEJUS	II – Infraestrutura Hídrica e integração com políticas de Saneamento Básico	Perfuração de 7 (sete) poços nas unidades prisionais	Perfurar e ativar 17 poços artesanais nas unidades prisionais prioritárias	Nº de poços perfurados. Unidades atendidas	Prevenção	Coordenadoria de Infraestrutura	Médio	SEPOG (com atuação no orçamento da secretaria para esse fim)	2128 - COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL

SEJUS	II – Infraestrutura Hídrica e integração com políticas de Saneamento Básico	Aquisição de 22 (vinte e dois) geradores de energia	Realizar reuniões de sensibilização com pelo menos 80% das instituições representativas da saúde municipal e estadual, para divulgação das informações sobre a escassez hídrica.	Nº de reuniões realizadas.	Prevenção	Coordenadoria de Infraestrutura	Médio	SEPOG (com atuação no orçamento da secretaria para esse fim)	2102 - MELHORIA E HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL
SESAU	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Mobilizar os atores intersetoriais tais como: Conselho Estadual de Saúde (CES), Conselho dos Secretários Municipais de Saúde (Cosems) e Comissão Intergestora Bipartite (CIB), para divulgação de boletins oficiais expedidos pelo Comitê Estadual de Crise Hídrica.	Apoiar tecnicamente 100% dos municípios localizados no epicentro da crise hídrica na elaboração de planos de contingência que contemplem medidas assistenciais, logísticas e sanitárias, por meio das regionais de saúde	Número de oficinas técnicas realizadas com os municípios afetados. Percentual de municípios localizados no epicentro da crise hídrica atendidos com suporte técnico pelas regionais de saúde. Número de técnicos mobilizados pelas regionais de saúde para o apoio à elaboração dos planos.	Prevenção	Assessoria Técnica (ASTEC/SESAU)	Contínuo	CES, Cosems, CIB, Gabinete do Secretário de Estado da Saúde, Comunicação Institucional da SESAU e Comitê Estadual de Crise Hídrica.	Ação não Orçamentária
SESAU	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Prestar apoio técnico na elaboração de plano de contingência aos municípios localizados no epicentro da crise hídrica	Realizar o mapeamento situacional da rede assistencial em todas as unidades sob gestão da SESAU (condições de acesso à água: Unidades de saúde, formas de captação de água, consumo de água, número de servidores que laboram e quantidade de pacientes atendidos).	Nº de unidades mapeadas com avaliação de risco hídrico.	Adaptação	Assessoria Técnica (ASTEC/SESAU)	curto e médio prazo	Coordenação Estadual de Atenção Primária e Vigilância em Saúde, Conselho de Secretários Municipais (Cosems), Gabinete da SESAU, Comitê Estadual de Crise Hídrica e gestores municipais de saúde.	_____
SESAU	V – Saúde Pública e Vigilância	Mapear rede assistencial sob sua responsabilidade nos municípios atingidos vinculadas à SES/SMS, respectivamente acerca das condições de acesso à água: Unidades de saúde, formas de captação de água, consumo de água, número de servidores que laboram e quantidade de pacientes atendidos.	Elaborar e implantar o plano de contingência da SESAU, que contemple a realidade de todas as unidades de estaduais. Revisar anualmente o plano de contingência da SESAU.	Plano de contingência elaborado e implantado Plano de contingência revisado	Adaptação	Assessoria Técnica (ASTEC/SESAU), com apoio das regionais de saúde e setor engenharia	Curto prazo	Coordenações Regionais de Saúde, equipe de infraestrutura da SESAU.	_____
SESAU	V – Saúde Pública e Vigilância	Implantar plano de contingência, definindo ações para o enfrentamento da estiagem, de acordo com as peculiaridades de cada equipamento de saúde vinculada à SESAU respeitando a classificação de risco do município a qual está instalada	Criar protocolo de requisição administrativa	Procolo criado e implantado. Nº de requisições administrativas realizadas.	Adaptação	Assessoria Técnica (ASTEC/SESAU) em conjunto com a Coordenação de Atenção Hospitalar	Médio prazo	Diretorias hospitalares, Coordenações Regionais de Saúde, Vigilância em Saúde, Gabinete da SESAU, equipes de engenharia e manutenção predial da SESAU.	_____
SESAU	V – Saúde Pública e Vigilância	Requisitar administrativamente, se necessário, os poços outorgados pelas companhias de abastecimento local para distribuição diferenciada de água potável em locais prioritários (Hospitais, Pronto Socorro, Clínicas de Hemodálises, Maternidades, Unidades Básicas de Saúde, entre outros).	Realizar vistorias Técnicas em todas as unidades de saúde do estado e produzir um relatório de melhoria para cada unidade de saúde. Realizar as melhorias e manutenções necessárias, conforme apontado no relatório da unidade.	Nº de vistorias realizadas Nº de relatórios produzidos Nº de ações de manutenção realizadas	Adaptação	Gabinete da SESAU, com suporte da Assessoria Técnica (ASTEC) e da Coordenação Jurídica	Médio prazo	Companhias de abastecimento CAERD	Ação não Orçamentária
SESAU	II – Infraestrutura Hídrica e integração com políticas de Saneamento Básico	Intensificar, no âmbito de suas instituições, adaptações nas instalações para a redução do consumo e desperdício de água, localização e correção de vazamentos.	Intensificar ações de vigilância em saúde em 100% dos municípios em risco grave e extremo.	Nº de surtos ou agravos hídricos notificados e monitorados. Nº de municípios com vigilância ativa implementada.	Prevenção	Assessoria Técnica (ASTEC/SESAU), com apoio das regionais de saúde e setor engenharia	Contínuo	Coordenação de Infraestrutura da SESAU, diretorias hospitalares, equipes técnicas de manutenção predial,	2070 - INVESTIMENTOS EM SAÚDE ou 1015 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO
SESAU	V – Saúde Pública e Vigilância	Promover a intensificação das medidas de vigilância epidemiológica em agravos relacionados à crise hídrica (aparecimento de doenças transmitidas por vetores, doenças relacionadas ao saneamento básico, doenças respiratórias, acidente ofídico, entre outros).	Realizar diagnóstico em todas as unidades de saúde do Estado Ampliar a capacidade de armazenamento de água em 100% das unidades com reservação inferior ao mínimo operacional.	Nº de diagnósticos realizados. Nº de unidades com infraestrutura ampliada.	Prevenção	Assessoria Técnica (ASTEC/SESAU) em conjunto com a Coordenação de Atenção Hospitalar	Contínuo	CIEVS/RO	2070 - INVESTIMENTOS EM SAÚDE

SESAU	II – Infraestrutura Hídrica e integração com políticas de Saneamento Básico	Ampliar capacidade de reservação nas unidades de saúde para efetivar o aumento efetivo de reservação, com compra de caixas d'água etc.	Incluir e priorizar 100% dos medicamentos estratégicos no plano de compras emergenciais para resposta a agravos decorrentes da estiagem.	Nº de medicamentos estratégicos adquiridos.	Adaptação	Coordenação de Infraestrutura e Manutenção (SESAU), com apoio da Assessoria Técnica (ASTEC)	Médio prazo	Setor de Engenharia e Logística da SESAU, diretorias das unidades hospitalares, Coordenadorias Regionais de Saúde	2069 - ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO SUS
SESAU	V – Saúde Pública e Vigilância	Promover a priorização do processo de aquisição de medicamentos relacionados ao agravamento da crise hídrica.	Obter, anualmente, até o mês de junho, resposta formal do DNIT sobre o cronograma de dragagem e intervenções, bem como assegurar a inclusão da hidrovia do Madeira nas prioridades operacionais do órgão.	Existência de resposta formal do DNIT com cronograma (Sim/Não) Inclusão da hidrovia Madeira em ações prioritárias para dragagem (Sim/Não)	Adaptação	Coordenação Estadual de Assistência Farmacêutica (SESAU)	Contínuo	Central de Compras da SESAU,	_____
SOPH	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Articulação junto ao DNIT sobre a gestão e manutenção da navegabilidade no Rio Madeira	Distribuir, anualmente, nos 3 meses críticos, cestas básicas para 100% dos trabalhadores portuários avulsos vinculados ao Órgão Gestor de Mão de Obra OGMO, do porto de Porto Velho gerido pela SOPH, quando afetados pela paralisação de atividades, no prazo máximo de 30 dias após aprovação da solicitação.	Nº de cestas básicas entregues Nº de trabalhadores beneficiados	Prevenção e Adaptação	Diretoria da Presidência da SOPH	Médio prazo	DNIT	_____
SOPH	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Distribuição de Cestas Básicas para 116 Trabalhadores Portuários Avulsos.	Realizar mapeamento remoto e categorização de 100% das comunidades indígenas	Nº de comunidades mapeadas Percentual de áreas indígenas classificadas por nível de risco Nº de famílias mapeadas Nº de territórios indígenas mapeados	Prevenção e Adaptação	Diretoria da Presidência com apoio da SEAS	Médio Prazo	SEAS	_____
SI	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Realizar Diagnóstico e Monitoramento Territorial	Implantar uma rotina de monitoramento contínuo; Atualização dos dados quinzenalmente em todos os territórios indígenas prioritizados.	Frequência de atualização dos dados Nº de relatórios gerados; Sistem implantado.	Prevenção e adaptação	SI	Curto prazo (6 a 12 meses)	SI, SEDAM, Defesa Civil e INMET.	_____
SI	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Realizar Diagnóstico e Monitoramento Territorial	Desenvolver e validar protocolos comunitários de resposta à estiagem em 22 territórios indígenas.	Nº de protocolos desenvolvidos e aplicados Nº de comunidades que adotaram os protocolos	Prevenção e adaptação	SI	Médio prazo (1 a 2 anos)	SI, SEDAM, Defesa Civil e INMET.	Ação não Orçamentárias
SI	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Protocolos de Alerta e Resposta	Divulgar os canais existentes através de visitas a 100% das comunidades indígenas;	Nº de visitas realizadas à comunidades indígenas Nº de denúncias/demandas recebidas pelos canais oficiais - Exceto ouvidoria da SI; Nº de chamados registrados na Ouvidoria - SI	Prevenção	SI	Curto prazo (até 12 meses)	SI E CBM	2188 - PROGRAMA PARA O FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA OS POVOS INDÍGENAS
SI	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Protocolos de Alerta e Resposta	Desenvolver metodologia de reflorestamento em parceria com comunidades indígenas Implementar projeto piloto em três comunidades indígenas.	Metodologias desenvolvida e publicada. Nº de comunidades piloto utilizando a metodologia. Área recuperada (em hectares). Nº de nascentes recuperadas.	Prevenção	SI	Médio a longo prazo (2 a 4 anos)	SI, SEAS.	_____
SI	I – Monitoramento e Gestão Ambiental	Protocolos de Alerta e Resposta	Apoiar a implementação de práticas agroecológicas resilientes à estiagem em 20 áreas produtivas indígenas.	Nº de áreas produtivas com práticas implantadas Nº Famílias Produtoras	Prevenção	SI	Curto prazo (até 12 meses)	SI, SESDEC, SECOM	_____

SI	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Fortalecimento da Segurança Alimentar e Hídrica	Perfurar 15 poços em comunidades indígenas prioritárias	Nº de poços perfurados Nº de famílias atendidas Nº de comunidades atendidas Nº Territórios atendidos	Adaptação	SI	Curto prazo (até 12 meses)	SI e SEDAM	_____
SI	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Fortalecimento da Segurança Alimentar e Hídrica	Implantar sistemas de irrigação sustentável em 10 áreas produtivas indígenas.	Nº de áreas atendidas com irrigação Nº de comunidades atendidas Nº Territórios atendidos	Adaptação	SI	Curto prazo (até 12 meses)	SI e SEDAM	_____
SI	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Fortalecimento da Segurança Alimentar e Hídrica	Distribuir cestas básicas e água potável a 100% das comunidades indígenas em situação de emergência alimentar e hídrica.	Nº de cestas básicas entregues Nº de famílias atendidas Nº de comunidades atendidas Nº Territórios atendidos	Adaptação	SI	Médio a longo prazo (2 a 4 anos)	SI, SEAGRI e EMATER	_____
SI	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Fortalecimento da Segurança Alimentar e Hídrica	Formar 300 lideranças indígenas em temas de gestão territorial e mudanças climáticas.	Nº de participantes formados Nº de oficinas/ações de formação realizadas Nº de Etnias capacitadas Nº de comunidades atendidas Nº Territórios atendidos	Adaptação	SI	Médio a longo prazo (2 a 4 anos)	SI, SEOSP, SEDAM, SEAGRI e EMATER	2188 - PROGRAMA PARA O FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA OS POVOS INDÍGENAS
SI	IV – Assistência Social e Resposta Emergencial	Fortalecimento da Segurança Alimentar e Hídrica	Nº de demandas recebidas de comunidades indígenas Nº de demandas recebidas das comunidades que foram implementadas em ações do Estado	Mediações realizadas com órgãos públicos Nº de comunidades atendidas Nº planos de ação elaborados e executados	Adaptação	SI	Médio a longo prazo (2 a 4 anos)	SI, SEOSP, SEDAM, SEAGRI e EMATER	Ação não Orçamentárias
SI	V – Saúde Pública e Vigilância	Fortalecimento da Segurança Alimentar e Hídrica	Apoiar tecnicamente a elaboração de planos locais de adaptação em pelo menos 10 comunidades indígenas.	Nº de planos elaborados	Adaptação	SI	Curto prazo (até 6 meses)	SI, SEAS, EMATER, DSEIs	2188 - PROGRAMA PARA O FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA ESTADUAL PARA OS POVOS INDÍGENAS
SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Formação e Capacitação	Publicar boletins técnicos e materiais informativos mensais com linguagem acessível	Nº de postagens em redes sociais realizadas mensalmente; Nº de pessoas alcançadas;	Prevenção e Adaptação	SI	Curto prazo (até 6 meses)	SI, SEDAM E ONGS	_____
SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Formação e Capacitação	Atender a 100% das solicitações realizadas pelas unidades escolares para perfuração de poços, quando identificada a ausência de fornecimento de água pela rede pública de maneira regular, insuficiência no fornecimento ou problemas com a qualidade da água. As solicitações de novas perfurações deverão ser motivadas.	Números de novos poços perfurados Numero de solicitações atendidas	Prevenção e Adaptação	SI	Médio prazo (1 a 2 anos)	SI, SEDAM E ONGS	1015 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO PODER EXECUTIVO
SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Articulação Interinstitucional e Interfederativa	Prestar apoio técnico em saúde ambiental a 100% dos municípios prioritários Monitorar 100% dos municípios quanto aos indicadores que mensuram a qualidade hídrica Atender a 100% dos pedidos de capacitação em avaliação da qualidade da água	Nº de municípios atendidos com apoio técnico direto anualmente Nº de visitas técnicas ou orientações realizadas Nº de capacitações realizadas	Prevenção e Adaptação	SI	Curto prazo (até 6 meses)	SI, SEDAM, DEFESA CIVIL, SESA	2023 - VIGILANCIA EM SAÚDE

SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Articulação Interinstitucional e Interfederativa	Distribuir hipoclorito de sódio a 100% dos municípios	Quantidade de frascos de hipoclorito distribuídos Nº de municípios atendidos com a distribuição	Prevenção e Adaptação	SI	Médio prazo (1 a 2 anos)	SI	2023 - VIGILANCIA EM SAÚDE
SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Fomento a Planos Locais de Adaptação	Garantir vigilância epidemiológica ativa em 100% dos municípios, com atualização mensal. LEPTOSPIROSE: Alcançar 80% de investigação laboratorial dos casos suspeitos de leptospirose. DIARRÉIA (Escherichia Coli, Disenteria Bacteriana, Febre Tifoide, Amebíase, Ascariíase): Implantar pelo menos uma Unidade Sentinela para MDDA em 100% dos municípios. DENGUE (LIRAA/LIA): Garantir que 100% das notificações de dengue sejam registradas semanalmente e fechadas oportunamente no SINAN. DENGUE (Notificações): Realizar 100% das atividades de Levantamento Entomológico (LIRAA/LIA) previstas no calendário estadual. TOXOPLASMOSE: Assegurar que 80% dos municípios notifiquem casos de toxoplasmose aguda, gestacional e congênita. HEPATITE: Realizar 86.230 testes de hepatites B e C, anualmente. ESQUISTOSSOMOSE: Garantir que 10% dos municípios notifiquem casos suspeitos de Esquistossomose no SINAN. ROTAVÍRUS: Implantar unidades sentinelas para Rotavírus em 100% dos municípios sede das Regiões de Saúde (total de 7 municípios).	Garantir vigilância epidemiológica ativa em 100% dos municípios, com atualização mensal. LEPTOSPIROSE: Alcançar 80% de investigação laboratorial dos casos suspeitos de leptospirose. DIARRÉIA (Escherichia Coli, Disenteria Bacteriana, Febre Tifoide, Amebíase, Ascariíase): Implantar pelo menos uma Unidade Sentinela para MDDA em 100% dos municípios. DENGUE (LIRAA/LIA): Garantir que 100% das notificações de dengue sejam registradas semanalmente e fechadas oportunamente no SINAN. DENGUE (Notificações): Realizar 100% das atividades de Levantamento Entomológico (LIRAA/LIA) previstas no calendário estadual. TOXOPLASMOSE: Assegurar que 80% dos municípios notifiquem casos de toxoplasmose aguda, gestacional e congênita. HEPATITE: Realizar 86.230 testes de hepatites B e C, anualmente. ESQUISTOSSOMOSE: Garantir que 10% dos municípios notifiquem casos suspeitos de Esquistossomose no SINAN. ROTAVÍRUS: Implantar unidades sentinelas para Rotavírus em 100% dos municípios sede das Regiões de Saúde (total de 7 municípios).	Adaptação	SI	Médio prazo (1 a 2 anos)	SI	2023 - VIGILANCIA EM SAÚDE
SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Fomento a Planos Locais de Adaptação	Capacitar produtores rurais em práticas agrícolas sustentáveis até o final do próximo ano. Implantar práticas sustentáveis em propriedades rurais.	Número de produtores capacitados. Número de propriedades com práticas sustentáveis implementadas.	Adaptação	SI	Longo prazo (3 a 5 anos)	SI	_____
SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Incidência Política e Garantia de Direitos	Implantar sistemas de irrigação eficiente nas propriedades. Realizar oficinas de capacitação sobre irrigação eficiente.	Número de propriedades com sistemas de irrigação eficiente instalados. Número de oficinas realizadas e participantes capacitados.	Prevenção	SI	Curto prazo (imediate a 6 meses)	SI	_____
SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Incidência Política e Garantia de Direitos	Implantar curvas de nível e terraceamento em 100 propriedades. Reduzir em 40% os focos de erosão nas áreas atendidas. Capacitar 300 produtores em técnicas de conservação do solo.	Número de propriedades com curvas de nível e terraços implementados. Redução percentual de áreas com erosão. Número de produtores capacitados.	Prevenção	SI	Médio prazo (1 a 2 anos)	SI, SEDAM, FUNAI e DSEIs	_____
SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Produção e Divulgação de Informações	_____	_____	Prevenção e Adaptação	SI	Curto prazo (até 6 meses)	SI, SECOM	_____
SI	VI – Governança Participativa e Fortalecimento Institucional	Produção e Divulgação de Informações	_____	_____	Prevenção	SI	Médio prazo (1 a 2 anos)	SI e FUNAI, ONGS	_____
SEDUC	II – Infraestrutura Hídrica e integração com políticas de Saneamento Básico	Disponibilização de água potável nas escolas estaduais	_____	_____	Prevenção	COINFRA-SEDUC	MÉDIO	SEDAM	_____

AGEVISA	V – Saúde Pública e Vigilância	Executar ações de epidemiologia e/ou de saúde ambiental de forma suplementar a ação municipal e em circunstâncias especiais de riscos.	_____	_____	Prevenção	AGEVISA	Contínuo	SESAU, Secretarias Municipais de Saúde. Comitê Estadual de Crise Hídrica	_____
AGEVISA	V – Saúde Pública e Vigilância	Promover a distribuição de hipoclorito	_____	_____	Prevenção	AGEVISA	Contínuo	SESAU, Secretarias Municipais de Saúde. Comitê Estadual de Crise Hídrica. Gerências Regionais de Saúde	_____
AGEVISA	V – Saúde Pública e Vigilância	Manter a vigilância e Monitoramento epidemiológico das doenças de veiculação hídrica por meio das áreas técnicas relacionadas (Diarreia por Escherichia coli, Amebíase, Leptospirose, Disenteria bacteriana, Hepatite A, Esquistossomose, Febre tifoide, Ascariíase, Dengue, Rotavírus, Toxoplasmose);	_____	_____	Adaptação	AGEVISA	Contínuo	SESAU, Secretarias Municipais de Saúde.	_____
SEAGRI	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Práticas agrícolas sustentáveis	Implementar política de práticas agrícolas sustentáveis	política implementada	Prevenção	CAFAMILIAR / CDAP	Médio	Sim, instituições públicas e privadas	_____
SEAGRI	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Promoção de técnicas de irrigação eficiente	Implementar política de técnicas de irrigação eficiente	política implementada	Prevenção e Adaptação	CAFAMILIAR / CDAP	Médio	Sim, instituições públicas e privadas	_____
SEAGRI	III – Educação Ambiental, Fiscalização e Regulação	Incentivo ao Plantio em nível e terraceamento	_____	_____	Prevenção e Adaptação	CAFAMILIAR / CDAP	Longo	Sim, instituições públicas e privadas	_____